

## RESUMO SIMPLES

Este trabalho analisa as estratégias adotadas pela China no enfrentamento das mudanças climáticas a partir de políticas públicas voltadas à segurança e soberania alimentar, com ênfase no papel do planejamento estatal de longo prazo. Considerando o agravamento dos desastres climáticos no Brasil, especialmente as enchentes de 2024 no Sul do país, busca-se compreender de que forma a governança ambiental chinesa pode oferecer aprendizados para fortalecer capacidades estatais brasileiras em contextos de emergência climática e reconstrução alimentar. Parte-se de uma análise qualitativa baseada em revisão bibliográfica e documental de políticas adotadas no âmbito da modernização rural chinesa, cruzadas com marcos normativos internacionais e experiências territoriais brasileiras. A hipótese, ancorada na sociologia do desenvolvimento, sustenta que a experiência chinesa demonstra a importância de políticas de Estado integradas — articulando ambiente, alimentação e redução da pobreza — como caminhos promissores para a resiliência climática em países do Sul Global. A pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre os limites impostos pelas diferenças nos arranjos federativos, nos regimes políticos e na força dos movimentos sociais, além de discutir possibilidades de cooperação entre China e Brasil, ampliando o debate sobre planejamento público em tempos de crise climática e insegurança alimentar.

## RESUMO EXPANDIDO

### 1. Contextualização do tema

A crise climática vem se consolidando como um dos maiores desafios globais do século XXI, com impactos diretos sobre os sistemas alimentares, especialmente em países do Sul Global. O Brasil, afetado por eventos extremos como as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, evidencia as vulnerabilidades da sua infraestrutura, das capacidades institucionais locais e das políticas públicas voltadas à segurança alimentar. Nesse contexto, torna-se fundamental refletir sobre modelos de planejamento de longo prazo que integrem clima, território e alimentação, com base em experiências internacionais.

A China, nas últimas décadas, tem se destacado por um modelo estatal de enfrentamento da pobreza rural e reorganização dos sistemas produtivos alimentares com forte componente de adaptação climática. Seu caso é sociologicamente relevante por desafiar narrativas hegemônicas sobre desenvolvimento, apresentando um modelo alternativo de articulação entre Estado, ciência e território. As políticas chinesas oferecem elementos relevantes para repensar o papel do Estado na construção de resiliência alimentar em cenários de incerteza climática e desigualdades estruturais. Ao mesmo tempo, essa experiência nos convida a refletir sobre as especificidades institucionais e federativas do Brasil, onde os movimentos sociais, como o MST, desempenham papel estruturante nas políticas agroalimentares.

## 2. Objetivo

O objetivo deste trabalho é analisar, a partir de uma perspectiva sociológica, o papel do planejamento estatal chinês na formulação de políticas públicas ambientais e alimentares em contexto de mudanças climáticas, e discutir seus possíveis aprendizados e limites para a formulação de políticas públicas no Brasil. A investigação pretende contribuir para o debate sobre governança pública e desenvolvimento sustentável com base em estratégias integradas que articulem segurança alimentar, justiça climática, soberania territorial e fortalecimento de capacidades institucionais.

## 3. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, baseada em revisão bibliográfica e documental. Foram analisados documentos oficiais do governo chinês (como os Planos Quinquenais e a Lei de Segurança Alimentar de 2015), além de literatura acadêmica nacional e internacional. O trabalho também incorpora dados de organismos multilaterais como a FAO e o Banco Mundial, e de autores que analisam o modelo chinês de desenvolvimento rural e ambiental, como Gubo Qi (2016), Wen Tiejun (2009) e Zhang e Donaldson (2010).

No campo brasileiro, são considerados textos que discutem políticas públicas de enfrentamento à fome, agroecologia e adaptação climática (Maluf, 2007; Grisa & Schneider, 2015). Para enriquecer o marco teórico, foram incluídos também autores da ecologia política latino-americana, como Maristella Svampa (2019) e Eduardo Gudynas (2011), além da sociologia crítica de Florestan Fernandes (1981), que permite refletir sobre as condições estruturais de dependência histórica e fragilidade estatal no Brasil. A metodologia inclui uma análise comparativa preliminar entre os marcos institucionais dos dois países, com foco nos arranjos federativos, nas capacidades estatais e nos graus de participação de movimentos sociais e da sociedade civil organizada.

## 4. Síntese dos resultados esperados

A hipótese central do trabalho é que o modelo chinês de planejamento estatal oferece uma abordagem articulada e de longo prazo para lidar com as interseções entre pobreza, clima e alimentação, baseada em uma governança centralizada, porém territorialmente adaptável. Dentre os elementos observados, destaca-se a integração entre desenvolvimento rural, monitoramento climático e sistemas de apoio técnico e financeiro às comunidades locais.

A China desenvolveu políticas como o Targeted Poverty Alleviation (erradicação da pobreza extrema até 2020) e programas de agricultura sustentável que articulam

planejamento estratégico, ciência aplicada e participação comunitária em moldes próprios. O papel do Estado aparece como estruturante, inclusive no financiamento e na coordenação de ações intersetoriais.

No caso brasileiro, as políticas públicas ligadas à segurança alimentar (como o PAA e o PNAE) e à agroecologia demonstram potencial estratégico, mas enfrentam descontinuidades, desfinanciamentos e ausência de coordenação federativa eficaz. O estudo sugere que a experiência chinesa pode inspirar abordagens de Estado que combinem metas estruturantes com mecanismos de participação, descentralização e monitoramento multiescalar. Entretanto, também se destacam limites relevantes: o modelo chinês está ancorado em um regime político centralizado e em baixa incidência de movimentos sociais autônomos — enquanto no Brasil, o papel do MST e de redes agroecológicas é essencial para a formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas voltadas ao campo.

A partir da ecologia política latino-americana (SVAMPA, 2019; GUDYNAS, 2011), observa-se que a construção de resiliência climática e alimentar no Sul Global requer não apenas inovação tecnológica e planejamento estatal, mas rupturas com o modelo de desenvolvimento baseado em extração, concentração fundiária e vulnerabilização de territórios. Nesse sentido, a crítica sociológica de Florestan Fernandes (1981) à dependência estrutural do Brasil permite compreender por que as políticas públicas, mesmo promissoras, carecem de sustentação institucional duradoura em um Estado moldado por desigualdades históricas.

Por fim, o trabalho propõe a criação de espaços de diálogo e cooperação Sul-Sul para a formulação de políticas públicas mais resilientes, inclusivas e territorialmente adaptadas. A reflexão crítica sobre a experiência chinesa permite vislumbrar caminhos para fortalecer o papel do Estado brasileiro diante das múltiplas crises climáticas e alimentares, sem abrir mão do protagonismo dos sujeitos coletivos que historicamente constroem alternativas territoriais.

## 5. Referências

- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora. 2015
- MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**: interfaces com a saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6), 1443–1452. 2007.
- QI, Gubo. **Socialized Service System and Targeted Poverty Reduction in China**. Beijing: China Agricultural University Press. 2016.
- WEN, Tiejun. **Three Issues of China's Agriculture**. Beijing: Foreign Language Press. 2009.

ZHANG, Q. F., & DONALDSON, J. A. **From peasants to farmers**: Peasant differentiation, labor regimes, and land-rights institutions in China's agrarian transition. *Politics & Society*, 38(4), 458–489. 2010.

FAO. **China and FAO**: Partnering for rural development and food security. Rome: FAO. 2021.

WORLD BANK. **China**: Promoting Green and Inclusive Development. Washington, DC. 2019.

SVAMPA, Maristella. **El colapso ecológico ya llegó**: una brújula para salir del maldesarrollo. Buenos Aires: Siglo XXI Editora, 2019.

GUDYNAS, Eduardo. **Buen Vivir**: hoje, aqui e agora. In: *Revista IHU On-Line*, v. 11, n. 321, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.